

Ideologia e Posicionamento Político do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso

Ideology and Political Posicionament of the Movimento Federalista Português – Partido do Progresso

RAFAEL OLIVEIRA DIAS

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

rdias_98@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5903-5019>

Texto recebido em / Text submitted on: 19/12/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 19/04/2024



Resumo. O MFP-PP destacou-se como um dos principais atores partidários da direita política durante a sua existência, correspondente ao período de transição democrática subsequente ao 25 de abril de 1974 até ao afastamento do Presidente da República, António de Spínola, com os acontecimentos de 28 de setembro de 1974. O principal fator de diferenciação deste movimento partidário face à miríade de partidos políticos à época foi, sobretudo, a sua densidade ideológica, corolário de um arquétipo doutrinário paulatinamente consolidado em virtude das origens políticas do MFP-PP nos últimos anos do Estado Novo. Este artigo caracteriza ideologicamente o MFP-PP, explanando os seus pilares doutrinários e dissecando os seus vetores estruturantes de ação política, por forma a categorizar assertivamente o MFP-Partido do Progresso dentro do espectro político-ideológico estrutural e epocal.

Palavras-chave. MFP-PP, Nacionalismo, Federalismo, Justicialismo, Spínolismo.

Abstract. The MFP-PP was one of the most noteworthy party actors of the right wing political spectrum during his existence, corresponding to the democratic transitional period subsequent to 25 April 1974 revolution until the events occurred on 28 de Setembro de 1974 that resulted in the sacking of general António de Spínola of the republic presidency. The key factor that led to the differentiation of this political movement above the myriad of political parties at the time was, mainly, his ideological density, consequence of a doctrinal archetype gradually consolidated due to the political origins of the MFP-PP in the last years of the Estado Novo. This article characterizes ideologically the mfp-pp, explaining his doctrinal cornerstones and dissect his structural vectors of political action, in order to assertively categorize the MFP-Partido do Progresso within the structural and epochal political-ideological spectrum.

Keywords. MFP-PP, Federalism, Nationalism, Justicialism, Spínolism.

Introdução

Este artigo abordará as ideias e pilares doutrinários do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso (MFP-PP), apoiando-se a análise nas

posições oficiais tomadas pelo partido, descrevendo-as – sobretudo através do órgão oficial do partido, *Tribuna Popular*, mas também dos principais jornais, como são o caso do *Expresso* ou do *Diário de Lisboa* –, e de igual modo no pensamento político produzido por alguns dos seus principais dirigentes, como Fernando Pacheco de Amorim, José Miguel Júdice e José Valle de Figueiredo. Através desta análise, procurar-se-á também posicionar o MFP-PP nas várias polémicas políticas surgidas na época: das mais estruturais – como a questão ultramarina, socioeconómica e do próprio sistema político a ser construído – até às mais conjunturais – como os casos sucedâneos de violação de liberdades de imprensa e demais liberdades políticas¹. Todos estes tópicos são determinantes para que seja possível uma categorização assertiva do MFP-Partido do Progresso dentro do espectro político-ideológico estrutural e epocal, principal objetivo deste artigo.

O Movimento Federalista Português – Partido do Progresso emergiu como um movimento político proeminente na sequência da revolução de 25 de Abril de 1974, imprimindo uma dinâmica sociopolítica centrípeta em seu redor, conquistou uma posição distinta no espectro político de direita, que lhe granjeou o estatuto conferido pelo *Expresso* enquanto “fulcro da organização da direita unida” (*Expresso*, 6 de julho de 1974). Com uma forte estrutura organizacional, mormente no centro e norte do país, – reconhecida pela imprensa², e assinalada por adversários político-partidários (AMARAL 1995: 171, 244) – apenas o Partido Comunista Português (PCP), o Partido Popular Democrático (PPD) e o Partido Socialista (PS) gozavam de uma estrutura organizada semelhante. Os comunistas por terem sido o único movimento político dotado de aparelho partidário organizado à data da revolução, fruto de décadas de existência e oposição clandestina ao Estado Novo. O Partido Socialista ao qual subjaz, para além dos apoios financeiros e da rede de contactos privilegiados no mundo ocidental granjeados pelo seu líder, Mário Soares, o legado histórico da oposição republicana ao salazarismo. Por último, o PPD, que para além da experiência política de grande parte dos fundadores advindos da Ala Liberal, e da base embrionária da SEDES, tinha o respaldo dado pela estrutura spinolista (RODRIGUES 2010), com o Presidente da República, António de Spínola, à cabeça.

Uma característica definidora do MFP-PP era o seu arquétipo ideológico

¹ O presente artigo é baseado na tese de mestrado apresentada pelo autor em 2022 (DIAS 2022), focalizando-se no posicionamento político e ideológico do MFP-PP, excluindo as relações políticas, partidárias e institucionais, do partido, bem como as suas movimentações, onde se aborda em maior detalhe as polémicas conjunturais, como o processo de formação das comissões administrativas autárquicas, alvo das maiores denúncias por parte do partido.

² “3 meses depois a estratégia política da direita”, *Expresso*, 7 de setembro de 1974: 2.

bem consolidado, enraizado no pensamento político da direita continental e imbuído de uma distinta perspetiva gaullista. Tratava-se, principalmente, de um movimento democrático de orientação bonapartista, com uma vocação nacionalista no quadro geo-político e de assinável índole justicialista no seu projeto socio-económico. Essa coerência ideológica não só criou um espaço político único para o MFP-PP dentro da direita, como também contribuiu para a sua forte identidade diante do domínio da esquerda durante aquele período. O conceito da direita política é, de resto, central para a análise aqui vertida (PINTO 2018).

Sendo certo que a presente análise se prende com o MFP-PP e, por corolário, com os meses que contemplaram a sua breve existência, de abril de 1974 até setembro de 1974, a sua base política e enquadramento ideológico foram construídos durante os últimos anos do regime do Estado Novo, permitindo ao MFP-PP uma transição consistente e imediata para a nova paisagem política. Desde logo, destaca-se a dinâmica nacionalista grupuscular encabeçada por José Valle de Figueiredo no início da década de 60, catalisado pela crise académica de 1962 (MARCHI 2008) e o pensamento vetusto do académico que viria a ser líder do MFP-PP, Fernando Pacheco de Amorim. Não obstante é fundamental assinalar este arquétipo ideológico paulatinamente consolidado desde o final da década de 60, mormente após a fundação da cooperativa livreira Cidadela em 1969, que se estabeleceu como plataforma organizadora e continuada do nacionalismo-revolucionário (MARCHI 2016). Assim, para um adequado entendimento do método comparativo frequentemente utilizado neste texto, devem compreender-se os principais eixos ideológicos do núcleo intelectual do nacionalismo revolucionário conimbricense pela referida forma sobeja com que influenciou sobre a ideologia e o posicionamento político do MFP-PP. Para além do revolucionarismo imanente que tinha na rejeição ao regime de Marcello Caetano a sua consubstanciação prática, entendendo-o como um regime de oligarquia capitalista, expressão de um situacionismo colonialista, subjacente a um imobilismo político perante o impasse nas decisões estratégicas nacionais (CRUZ & RAMOS 2012), decorriam outros dois eixos.

Um nacionalismo africanista de vocação integradora e anti-colonialista divergente do pensamento de Valle de Figueiredo que, assumindo a necessidade de evolução dentro da unidade nacional em moldes anti-colonialistas, partia ainda da conceção imperial de Portugal, Portugal como cabeça de um império. O nacionalismo deste grupo intelectual trazia uma cosmovisão terceiro-mundista do ultramar e, por extensão, do conjunto nacional, que constituía um avanço ideológico e doutrinário ímpar no pensamento político português, pese embora as influências de Pacheco de Amorim, dentro desta mundividência.

Portugal seria um país cada vez mais de terceiro-mundo, fazendo, não obstante, a ponte com o primeiro, abandonando a dicotomia Leste/Oeste determinada pela geopolítica decorrente da Guerra Fria, focando-se na dicotomia Norte/Sul, sendo o mais pobre dos países de primeiro mundo e o mais rico dos países de terceiro-mundo.

Este processo consubstanciar-se-ia na designação de Luanda como capital do conjunto nacional em detrimento de Lisboa, passando a denominação de Portugal a ser exclusiva de todo o território nacional, adotando a metrópole a designação de Lusitânia (MARCHI 2014: 342). Por seu turno, o anti-colonialismo imanente, valeria também para a rejeição do MFP-PP face ao que viriam a denominar como “entreguismo” que caracterizaria a política de descolonização do MFA, pois tal via era sinónimo de uma cedência ao imperialismo soviético. Por outro lado, dado o carácter revolucionário desta rutura conceptual, a rejeição era igualmente absoluta face a qualquer solução rodesiana, que ia ressoando nos meios políticos, e sobretudo ligada a Jorge Jardim (CRUZ & RAMOS 2012: 439).

Como derradeiro eixo político destaca-se o justicialismo político-social, devedor de uma matriz anti-capitalista e revolucionária, na medida em que o problema do Estado Novo não seria apenas político, mas também social e económico. Isto é, haveria que ter lugar a reorganização da sociedade e da economia para a concretização de uma realidade de justiça social, que no entender dos nacionalistas-revolucionários da Cidadela só seria possível através da superação do capitalismo – motivada sobretudo pela organização económica estrutural do ultramar que entendiam caracterizar-se como situação de exploração colonial por uma oligarquia capitalista metropolitana. Pelo que, sem profundas alterações do sistema económico, a revolução nacional pretendida para o sistema e organização políticos do todo pluricontinental não seria possível, na medida em que a manutenção do capitalismo levaria a um inevitável processo neo-colonialista.

Por outro lado, em ordem a concretizar esse projeto socioeconómico, teriam também de ser ultrapassadas as teses do socialismo e, por maioria de razão, do comunismo – cuja dialética da luta de classes entendiam ser ultrapassável, a crítica à proposta marxista passava por apontar que esta incorria num sistema inevitavelmente ineficiente e simultaneamente incapaz de superar essa luta de classes, sedeado num estado assaz burocrático, cuja tendência seria a de um capitalismo monopolista de estado (CRUZ & RAMOS 2012: 440).

1. Posicionamento político-ideológico do MFP-PP

Como ponto de partida para a caracterização ideológica do partido, destaca-se o corte epistemológico com o código de valores políticos do tradicionalismo católico, sobre os quais Salazar edificou o Estado Novo, sobretudo no respeitante ao projeto de sociedade assente no conservadorismo axiológico e no ruralismo. Ainda que o anti-comunismo tivesse gerado alguma proximidade à Igreja Católica e a generalidade dos dirigentes fosse católicos, o grande eixo mobilizador do partido, o Ultramar, geraria, sobretudo na geração da Cidadela, um afastamento para com a instituição, dadas as posições tomadas por algumas individualidades da estrutura eclesiástica no sentido da independência das províncias ultramarinas³. De resto, é ideologicamente perceptível essa não identificação no pensamento económico do partido, cuja terceira via propugnada não tinha qualquer influência doutrinária católica ou democrata-cristã. Pese embora um determinado espiritualismo se fizesse notar no nacionalismo de alguns dirigentes, como Fernando Pacheco de Amorim e José Valle de Figueiredo, não havia, efetivamente, uma influência demarcada do pensamento católico no ideário do partido – este artigo explorará ambas as nuances⁴.

Através do seu secretário-geral, o MFP-PP assinalaria também o seu passado oposicionista. Nas suas memórias políticas, Pacheco de Amorim evocaria o passado de resistência e a sua prisão política – ainda que possuindo uma visão moderada do Estado Novo no seu domínio económico, dado o crescimento da economia levado a cabo pelo regime nos anos precedentes ao seu fim, bem como pela reserva de divisas e de ouro disponíveis, devendo a partir desse denominador positivo partir-se para a correção de injustiças e melhoria continuada da economia nacional (AMORIM 1976: nº 1, 32 e 39). Não havia, portanto, qualquer influência da circunstância revolucionária nesta dissociação do partido para com o regime deposto, devendo também lembrar-se a crítica do nacionalismo-evolucionário

³ “3 meses depois a estratégia política da direita”, *Expresso*, 7 de setembro de 1974: 2; artigo noticioso destaca a utilização da via religiosa como meio de propaganda anti-comunista, mas em declarações prestadas pelo dirigente, pese embora admitisse a proximidade dos valores do MFP-PP com a religião cristã, afirmava não ser intenção do partido explorar politicamente o catolicismo (Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim 2022). No entanto, não é possível concretizar quais as personalidades da Igreja Católica, sendo esta uma impressão genérica de alguns episódios que iam tendo lugar, como foi o caso da vigília na Capela do Rato. Neste aspeto, é ainda elucidativa a forma acintosa com que a Igreja Católica foi enumerada pela *Tribuna Popular* no rol de entidades como a ONU, a Internacional Socialista e os partidos comunistas que alegadamente definiram o futuro ultramarino; “Nem Rei Nem Lei”, *Tribuna Popular*, nº 0, 24 de julho de 1974: 1.

⁴ Riccardo Marchi, pelo contrário, entende o anti-marxismo do MFP-PP não apenas como fator de aproximação à Igreja Católica, mas também como corolário de uma pretensa matriz cristã do partido (MARCHI 2020: 47). Para além de este texto remeter para conclusões distintas quanto à influência cristã no pensamento do partido, este artigo tratará das bases ideológicas do anti-marxismo do partido.

ao Estado Novo enquanto regime colonialista, com uma questão socioeconómica eticamente reprovável. Assim, não existia qualquer linhagem política que fosse hereditariamente chegada ou portadora dos valores do Estado Novo.

Este distanciamento ideológico entre o MFP-PP e o Estado Novo é também importante para refutar a catalogação de extremista de direita atribuída ao partido por alguns autores⁵. Partindo do conceito de extremismo enquanto rejeição do modelo político e dos valores e objetivos propostos pelo regime, o partido não só não propalava qualquer alteração radical destes pressupostos programáticos, como, pelo contrário, defendia integralmente o programa do MFA e reivindicava a sua total execução, apoiando aquela que era, juridicamente, a principal figura política do país, o chefe de estado, António de Spínola⁶. Para além disso, não se verifica também aquilo que a sociologia política considera convencionalmente como extremismo de direita, emanação direta de uma classe sujeita a uma repentina perda de condição política e consequente drástica redução de influência, pautando-se o comportamento político deste tipo de movimento pela reconquista das suas prerrogativas político-sociais (BOBBIO 2000: 458).

O MFP-PP reconhecia o privilégio social de determinadas classes no regime deposto e considerava razoável a mudança da administração do estado, alertando, de resto para a possível criação de novos “vícios” naquilo que definia de forma vernacular como “caça ao tacho”⁷. Numa nota mais contemporânea, também não é possível considerar o MFP-PP como partido populista, na medida em que não mitificava o povo, tampouco lhe atribuía qualquer entronização lírica ou explorava uma narrativa maniqueísta entre povo e elite (BOBBIO 2000: 980).

No concernente ao sentido democrático do MFP-PP, destaca-se a última grande discussão em que o partido tomava parte antes da sua extinção, a da definição da lei eleitoral para o sistema político e, particularmente, a da lei eleitoral para a eleição da Assembleia Constituinte. Distinção que o próprio partido fez entre as duas, tendo orientações díspares em cada uma delas. Relativamente à primeira, ou seja, na definição da lei para os atos eleitorais ordinários após a aprovação da constituição, não apresentava uma linha clara. Contudo, tanto naquilo que se encontrava vertido no órgão oficial do partido, como por aquilo que foi dito pelo seu fundador José Miguel Júdice, havia um traço preferencial por um executivo forte, fazendo depender a sua opinião da fonte do poder de onde emana o governo. Isto é, se a fonte do poder emanasse da assembleia, havia uma preferência pelos sistemas de maioria simples ou pela atribuição

⁵ São, por exemplo, os casos de Cervelló (1994) e Ruivo (2015).

⁶ “Em defesa do Programa, comunicado do secretariado nacional do MFP-PP”, *Tribuna Popular*, nº 1, 7 de agosto de 1974: 1.

⁷ “Caça ao Tacho”, *Tribuna Popular*, nº 2, 14 agosto de 1974: 3.

de um bónus ao partido mais votado – tal como na Grécia –, entendendo o partido que “um parlamento necessita de manter uma certa estabilidade ao governo (...) a fim de lhe permitir o executar o seu programa de acção”, daí que admitissem sistemas de representação eleitoral que consagravam fenómenos de sobre-representação em favor dos partidos mais votados⁸.

Por outro lado, caso o executivo emanasse de um poder presidencial eleito por sufrágio universal, onde o impacto da assembleia para a estabilidade governativa era menor, então a representação proporcional era a preferida. No que concerne à lei definidora da assembleia constituinte, desejava-se uma maior representatividade da diversidade política no país, na medida em que a feitura da constituição surgia como “expressão máxima e fundamental da soberania”, devendo ser a “imagem fiel do povo soberano e representar, do modo mais perfeito possível, o seu complexo pluralismo de ideias”. Por estas razões, a opinião do Partido do Progresso incidia aqui numa votação de representação proporcional por vários círculos. Estabelecia também o voto aos 18 anos como aceitável e era inequivocamente favorável ao direito de voto aos analfabetos, pois “tirar-lhes a igualdade política era negar-lhes a igualdade social”. Mostrava-se ainda favorável ao direito de os portugueses que haviam servido ou apoiado o antigo regime poderem ter o direito de serem representados, considerando, contudo, imoral que estes pudessem representar o povo português numa assembleia (GOMÉZ FORTES 2010: 125)⁹.

A este respeito, deve ainda assinalar-se a denúncia do partido à censura de que alguma imprensa era alvo – consubstanciando-se na suspensão e atuação de jornais – bem como dos abusos levados a cabo nos processos de saneamento que decorriam em todos os sectores da sociedade (REIS, REZOLA, & SANTOS, vol. VII 2016: 275). No entender do partido, estes processos decorriam de forma desagradada, desde associações culturais e recreativas a empresas privadas, em forma de perseguição política, ferindo a liberdade individual e originando prisões arbitrárias, sendo “geradores naturais de novas corrupções”. Para o MFP-PP este processo punha em causa a democratização do país, entendendo-o como “apossamento partidário”, e pedindo, por isso, legitimidade eleitoral para cargos de confiança política¹⁰.

⁸ “Lei Eleitoral”, *Tribuna Popular*, nº 5, 3 de setembro de 1974: 2; Entrevista a José Miguel Júdece 2019.

⁹ Na sua obra, Braulio Gómez constata que, de facto, houve uma intenção do poder revolucionário para limitar a presença de “forças conservadoras” na Assembleia Constituinte, utilizando para esse efeito, desde logo, o mecanismo de ilegalização de partidos, do qual, como é sabido, o MFP-PP foi alvo, mas também através da definição de incapacidades e inelegibilidades eleitorais para determinados cidadãos – como eram os casos do direito de voto dos analfabetos e personalidades ligadas ao regime deposto em que aqui o partido toma posição.

¹⁰ “Assalto ao Poder”, *Tribuna Popular*, nº 0, 24 de julho de 1974: 4; “Caça às Bruxas”, *Tribuna Popular*, nº 1, 7 de agosto: 6.

O MFP-PP pode, portanto, ser definido como um partido de direita democrática de índole gaullista (BOBBIO 2000: 539). Caracterizava-se pelo seu nacionalismo renovado de vocação ultramarinista, defendendo a democracia plebiscitária para definir o futuro desses territórios, e pelo seu carácter justicialista, derivado da terceira via socioeconómica que propugna aliado ao princípio soberanista da independência nacional – de resto, foi Edgar Faure quem se constituiu como referência de pensamento nas matérias de associação entre capital e trabalho. Desta influência gaullista foi também tributário um determinado bonapartismo plasmado, neste caso concreto, no apoio à liderança carismática do general Spínola, que procurava consolidar o poder presidencial sobre os outros órgãos de soberania. José Miguel Júdice não colocava de parte uma hipotética adesão a um grande movimento civil spinolista – algo que José Luís Andrade não considerava consensual dentro do partido, pese embora reconheça esse móbil spinolista no líder do MFP-PP, Fernando Pacheco de Amorim e noutros dirigentes, como José Valle de Figueiredo (Entrevista a José Miguel Júdice 2019; Entrevista a José Luís Andrade 2022).

O próprio projeto de poder do general Spínola era também fortemente influenciado pelo legado presidencial do general Charles de Gaulle. Na substância discursiva, com a ameaça da extrema-esquerda à democracia no seu périplo pelo país desde maio, e na ação política (RODRIGUES 2010: 315) – desde a tentativa de aprovação de um projeto constitucional de pendor presidencialista por via de um referendo popular, tal como De Gaulle em 1958, à malograda manifestação da “Maioria Silenciosa”, inspirada na reação do general francês ao anarquismo do Maio de 1968 com uma demonstração popular de apoio nos Campos Elísios. Ainda dentro da esfera sociopolítica do gaullismo, é perceptível no testemunho político de Fernando Pacheco de Amorim um ceticismo – tradicional na direita portuguesa – perante o ideal parlamentarista, com uma preferência pelas comunidades naturais em detrimento do indivíduo, que aqui se vertia numa ideia de organicismo municipalista. Valorizava o papel das autarquias locais e ainda das juntas de freguesia, “verdadeira célula da vida política local, pois que é nela que se congregam as famílias, a primeira sociedade política” (AMORIM 1976: nº 3, 50). A importância estratégica do municipalismo para o MFP-PP foi reiterada na já mencionada denúncia contínua do partido ao processo de ocupação dos órgãos autárquicos por parte do PCP e corroborada por José Valle de Figueiredo (Entrevista a José Valle de Figueiredo 2022).

2. O Nacionalismo do MFP-PP

A conceção de nacionalismo é aqui interpretada não como uma primária exacerbação do sentimento patriótico, mas como uma subordinação de todo o valor político ao interesse nacional definido pela razão de estado, a ideia de que a liberdade do indivíduo está ligada ao estado-nação e, portanto, à sua soberania (BOBBIO 2000: 800). Esta ideia nacionalista que parte da nação como unidade de destino universal do povo tem, pois, uma dimensão espiritual importante, para a qual foi decisivo o contributo ideológico de José Valle de Figueiredo, com o seu voluntarismo revolucionário originário da sua militância cultural, importante para a definição anti-comunista do partido, dado o carácter “anti-nacional” do PCP¹¹. A dimensão político-espiritual do nacionalismo do partido, de desenvolvimento do sentimento nacional através da ideia de que todos os indivíduos integrados no estado português pertenciam à mesma nação, correspondia à importância atribuída à mencionada razão de estado, cuja nação justificava a sua prática política interna e a definição da sua política externa e defesa das suas fronteiras. Assim, constata-se ainda outro corolário desta orientação patriótica, típico da generalidade das organizações da direita política. A importância da garantia da ordem e autoridade, e decorrente combate à criminalidade, que não deixavam de ser referidas nos números da *Tribuna Popular*. Propunha “dotar a P.S.P. e a G.N.R. dos quadros indispensáveis às suas complexas atribuições”, e propugnando ainda o “ajuste das suas remunerações e subsídios às exigências da profissão e garantir um esquema de segurança social global” por forma a proceder à dignificação daquelas organizações¹².

A defesa da autoridade e da ordem não é, no entanto, suficiente para poder catalogar o MFP-PP como movimento autoritário, mesmo que conjugada com a sua tendência para favorecer o fortalecimento do poder executivo dado o seu bonapartismo em torno de Spínola. Isto porque, caracterizando-se o pensamento autoritário pela valorização da ordem como valor supremo tendente a uma organização social rígida, tal cosmovisão opunha-se ao revolucionarismo do partido, entusiasta da mobilização popular e da penetração social na vida política (BOBBIO 2000: 94). O exemplo mais ilustrativo, para além da propalada integração socioeconómica herdada do nacionalismo revolucionário, era a defesa acérrima da soberania popular pela via referendária na definição

¹¹ Entrevista a José Valle de Figueiredo 2022; Valle de Figueiredo realça também o esforço de construção de um pensamento nacionalista de inspiração estritamente portuguesa, livre de influências doutrinárias externas ao país, pese embora admita aspetos convergentes com outros movimentos, como a Falange espanhola, mormente no organicismo municipalista. Voltar-se-á a esta conceptualização anti-comunista mais à frente na explanação da cosmovisão socioeconómica do partido, dado a sua importância para o anti-marxismo do partido.

¹² “Dignificar a P.S.P e a G.N.R.”, *Tribuna Popular*, nº 6, 11 de setembro de 1974: 3.

do futuro dos territórios ultramarinos e do envolvimento das populações autóctones no processo político¹³.

A principal faceta do nacionalismo do MFP-PP era, naturalmente, e pelas razões já mencionadas nos capítulos anteriores, a assunção de um Portugal pluricontinental, sendo a continuidade ultramarina do estado-nação português o seu principal eixo gravitacional. Havia, pois, uma continuidade político-ideológica das posições nacionalistas-revolucionárias, recuperando um projeto terceiro-mundista de inspiração integracionista, ainda que partindo das conceções e do modelo federalista do general Spínola, dada a impossibilidade política contextual de defesa assumida do integracionismo ultramarino. Era uma defesa do federalismo com uma roupagem integracionista, não havendo, portanto, uma incoerência doutrinária, senão um recuo discursivo estratégico que é transversal às direitas no contexto revolucionário. De resto, como Jaime Nogueira Pinto assinala, as teses spinolistas tinham elementos doutrinários díspares entre si, desde princípios integracionistas a autonomistas (PINTO 2014: 331 e 531; Entrevista a Jaime Nogueira Pinto 2020). Destacam-se a ideia integracionista de uma moeda única para todo o espaço da portugalidade, e a ideia nacionalista da imprescindibilidade do ultramar como esteio da independência nacional. Ambas mereciam a concordância do partido e eram basilares no projeto terceiro mundista do MFP-PP (Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim 2022). O binómio nacionalismo-questão social em que radicava a proposta ultramarinista dos nacionalistas-revolucionários da Cidadela seria recuperado e, com isso, a supramencionada inspiração terceiro-mundista, advogando o MFP-PP uma “solução nasseriana ou peronista” para o futuro da então revolução portuguesa de 25 de Abril¹⁴.

Nos dias subsequentes à fundação do MFP, o movimento tomou uma posição substancial logo a 13 de maio: propugnou a constituição de uma associação cívica para unidade e reconciliação de todos os portugueses com o intuito de promover a auto-determinação de Portugal através de uma federação integrada com base ampla para dinamização dos portugueses numa tarefa comum. Esta federação devia caracterizar-se pela igualdade de participação política e económica de todos os cidadãos, livre circulação de pessoas, bens e capitais, bem como pela dinamização da cultura portuguesa na sua vocação universalista. Quanto à organização político-administrativa do estado federal, previa a transferência de órgãos de soberania federais para a parcela mais adequada e propunha ao mesmo tempo a integração de representantes de todos os

¹³ “Programa do Movimento Federalista Português”, *Jornal do Comércio*, 14 de maio de 1974: 3; “Negociar para Ceder”, *Tribuna Popular*, nº 1, 7 de agosto de 1974: 1.

¹⁴ “O Significado de Uma Escolha”, *Tribuna Popular*, nº 0, 24 de julho de 1974, 1.

territórios e vastas etnias constituintes da nação. A importância doutrinária do organicismo, reiterada por Valle de Figueiredo, conforme supramencionado, era também patenteada naquilo que o MFP-PP denominava como dimensão vertical do federalismo, entendendo a organização da sociedade portuguesa “numa base amplamente descentralizadora e auto-gestionária”¹⁵.

O princípio nacionalista da independência nacional e soberania dos povos estava latente na consideração do MFP relativamente à federação de estados como oposição a uma situação política neocolonial, sendo que, no entender do movimento, dada a geopolítica, as províncias ficariam à mercê dos grandes interesses imperialistas internacionais. Assim, a emancipação das massas portuguesas sob a cosmovisão do MFP-PP compreendia-se, não num sentido de classe, mas como projeto político, económico e espiritual da nação como um todo. Por conseguinte, advogavam uma política externa de emancipação nacional sediada na equidistância entre União Soviética, China e Estados Unidos, invocando para esse desiderato a imprescindibilidade “da dimensão geográfica, humana e dos recursos disponíveis” de uma nação pluricontinental feita de 25 milhões de portugueses distribuídos por dois milhões de quilómetros quadrados¹⁶.

No discurso proferido no comício do partido no Porto, 24 de julho de 1974, Miguel Seabra remeteu novamente as posições do MFP-PP para o projeto terceiro-mundista do nacionalismo-revolucionário da Cidadela: entendendo o lugar político de Portugal – à luz da situação geopolítica e do princípio da independência nacional, bem como da sua vocação histórica e identificação política – “na vanguarda dos Povos do Terceiro Mundo, na luta contra os imperialismos americanos e soviético”¹⁷. Era a recuperação da ideia da Cidadela de Portugal sob a divisão Norte/Sul em detrimento da divisão Leste/Oeste, entre o primeiro e o terceiro mundo, mais próximo deste último.

A associação entre o neocolonialismo e o “entreguismo” das esquerdas face ao ultramar era outra das posições transversais ao partido (AMORIM 1976: nº 1, 15)¹⁸. No seu testemunho político, Fernando Pacheco de Amorim atacava os partidos PPD e CDS, associando-os indiretamente às posições da tecnocracia marcelista e da oposição liberal, personificada na SEDES e na famigerada Ala Liberal: “A nova classe política estava ansiosa por se libertar de um problema

¹⁵ “Por um Portugal Melhor”, *Tribuna Popular*, nº 0, 24 de julho de 1974: 3-5.

¹⁶ “Movimento Federalista Português alerta para a necessidade de uma política externa independente”, *Jornal do Comércio*, 21 de junho de 1974: 24. Ver também: Marchi (2020: 61).

¹⁷ “Comício do Movimento Federalista Português-Partido do Progresso no Porto”, *Tribuna Popular*, nº 1, 7 de agosto de 1974: 2.

¹⁸ Corrente política que defendia a independência imediata das províncias ultramarinas a entrega subsequente do poder aos movimentos guerrilheiros marxistas-leninistas dos territórios ultramarinos.

que ao longo de anos proclamaram alto e bom som ser a principal causa de subdesenvolvimento português”. A conceção terceiro-mundista distintiva do MFP-PP fez-se notar aqui também. O líder do partido denunciou, através do seu anti-comunismo, a política de descolonização das esquerdas e por outro lado a posição acerca do ultramar dos partidos à direita do PCP (PS, PPD, CDS): “Eles afirmavam-se anti-colonialistas, mas eram apenas, e afinal, uns agentes do colonialismo russo, outros, do neo-colonialismo euro-americano” (AMORIM 1976: nº 1, 27; nº 2, 8).

Na verdade, relativamente à questão ultramarina, podem distinguir-se, dentro da atividade partidária, três correntes distintas: a do PCP e extrema-esquerda, de entrega imediata dos territórios direta e exclusivamente aos movimentos guerrilheiros – favorecendo o MPLA em Angola –; a do PS, PPD e CDS, baseada na aceitação imediata da auto-determinação, por via de um processo democrático, ainda que divergindo nos prazos temporais, com o PS a defender um processo tão rápido quanto possível contrariamente ao processo paulatino reconhecido por PPD e CDS; e a corrente do MFP-PP, dos seus parceiros da Frente Democrática Unida (FDU), e de outros movimentos à direita, como o PDC, partidários do federalismo ultramarino, por via de uma consulta referendária às populações autóctones.

Na defesa do projeto federalista, o MFP-PP não se coibia de criticar as figuras governamentais. Destacava-se a polemização em torno do governador da Guiné, Carlos Fabião, denunciando de forma contundente as suas declarações em defesa de uma entrega imediata do poder político ao PAIGC, seguindo a narrativa desenvolvida pela esquerda ao apelidar de oportunistas todos os atores políticos dos territórios ultramarinos não pertencentes a movimentos guerrilheiros. O MFP-PP apontava para a consulta democrática das populações como único meio legítimo de aferir as suas vontades, aludindo novamente à consulta referendária daquelas populações como único processo político adequado para a definição do futuro daqueles territórios. Para além disso, o partido entendia que o PAIGC nunca tinha alcançado o domínio político-militar da Guiné derivado da oposição dos guinéus, demonstrando confiança na preferência política da população por uma “ampla autonomia política e administrativa” rejeitando a “instauração de uma ditadura do PAIGC, de obediência marxista e estrangeira”.

Em carta aberta ao brigadeiro Carlos Fabião, o partido, procurando desconstruir a ideia lançada de oportunismo político, relembra também os cerca de “17000 portugueses africanos da Guiné que durante anos lutaram e morreram ao lado dos expedicionários europeus em defesa da sua terra e que, na hora da debandada, se mantém fiéis ao seu ideário”, bem como “os chefes

africanos que confiadamente apoiaram, no Congresso dos Povos da Guiné, a política progressiva do general Spínola”¹⁹.

Após o discurso de 27 de julho do Presidente da República, o MFP-PP teve, através da Tribuna Popular, uma reação claramente negativa, dada a aposta política no Presidente da República para garantir a dimensão pluri-continental de Portugal. O MFP-PP caracterizava como perigoso o reconhecimento incondicional do direito à independência, entendendo o partido que tal posição legislativa era antagónica aos princípios programáticos do MFA. O partido escudava-se na defesa da legalidade, utilizando uma argumentação jurídico-política e, curiosamente, preferia visar o órgão coletivo da Junta de Salvação Nacional, não criticando diretamente o Presidente da República. Na mesma senda, criticava o posicionamento e as declarações de Veiga Simão na ONU, que afirmava a decisão do Conselho de Estado ter eliminado qualquer restringimento constitucional à concessão de independência de Angola e Moçambique, acusando-o de contribuir para a errada interpretação jurídica de auto-determinação como sinónimo de independência. Posteriormente, denunciava a visita do secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, enquanto manifestação diplomática de concordância internacional com a entrega incondicional dos territórios ultramarinos aos movimentos armados marxistas, bem como das parcelas onde nunca houve guerra, responsabilizando o organismo pela instalação de regimes totalitários naqueles territórios²⁰.

Pese embora, o discurso de 27 de julho do Presidente da República, o partido continuava a fazer apologia ao referendo como método justo e democrático para se decidir o futuro daqueles países. Para isso, reiterava o já mencionado argumento da independência económica nacional e do imperialismo internacionalista do capitalismo americano e da União Soviética. Através de uma análise geopolítica que referenciava Moçambique como ponto estratégico para o controlo da rota do Cabo e a dominância do Oceano Índico, o MFP-PP aludia às origens internacionais da FRELIMO, prova do imperialismo que visava combater. A este argumento analítico, aliava ainda outro, referente à falta de poder político da FRELIMO, que resultava na incapacidade para assegurar a segurança do país, reclamando uma solução equilibrada de homens brancos e negros para se livrarem de “quaisquer colonizações chinesas”, numa alusão

¹⁹ “Carta Aberta ao Brigadeiro Fabião”, *Tribuna Popular*, nº 1, 7 de agosto de 1974: 5.

²⁰ “Em defesa do Programa, comunicado do secretariado nacional do MFP-PP”, *Tribuna Popular*, nº 1, 7 de agosto de 1974: 1; “Veiga Simão na ONU”, *Tribuna Popular*, nº 1, 7 de agosto de 1974: 3, estas declarações demonstram a já antiga desconfiança que os nacionalistas-revolucionários tinham relativamente a Veiga Simão desde a sua passagem pelo Ministério de Educação Nacional; “Depois da Entrega”, *Tribuna Popular*, nº 2, 14 de agosto de 1974: 2.

a Samora Machel e aos seus apoios internacionais²¹.

Ainda relativamente a Moçambique, antes do discurso presidencial de 27 de julho, o MFP-PP procedeu a uma análise sociológica daquele país, alertando para o problema das diversas etnicidades e heterogeneidades. A título de exemplo, mobilizou a situação política da Guiné, com a tomada de poder pelo PAIGC, como demonstração daquilo que poderia redundar num ódio fratricida, referenciando subliminarmente as virtudes da luso-tropicalidade, na medida em que “só a língua, alguns costumes e a administração unificada dão uma estrutura unitária”²².

No que concerne à Guiné, além do argumento étnico, com um semelhante raciocínio geopolítico, apontava-se a incapacidade para a independência económica e a falta de interesse estratégico que colocariam o país na dependência da Guiné-Conakry. No caso angolano, o partido destacava a impossibilidade de se replicar o modelo de descolonização de entrega do poder político ao movimento guerrilheiro marxista, dada a situação de impasse gerada pela existência de três movimentos independentistas consolidados, casos da FNLA, do MPLA, privilegiado por toda a esquerda portuguesa, para além da UNITA, cuja simpatia para com o movimento e seu líder nutrida pelo MFP-PP era perceptível. O partido catalogava a UNITA como movimento em ascensão, sóbrio por considerar angolanos todos quantos habitavam o país – afastando-o dos etnicismos –, independente face a imperialismos internacionais, tanto americano como soviético, e aberto à proposta referendária para a resolução da situação política. Assim se justificava a ambição pela realização de referendos em todo o espaço lusófono, interpretando-a em todos momentos como fiel depositária da legalidade consoante o plasmado no programa político do MFA e da Junta de Salvação Nacional. O MFP-PP invocava ainda um interessante argumento de racismo branco pelo facto de apenas haver memória histórica do sacrifício dos brancos, ignorando-se as populações negras destes territórios, que não concordando com estes grupos separatistas se viam obrigadas a aceitar o seu jugo anti-democrático²³. Este argumento era, ainda, uma demonstração da sintonia política constante com o general Spínola que, precisamente no discurso de 27 de julho, declarava inaceitável a aceitação de ditaduras no processo de descolonização portuguesa.

Para além da questão ultramarina, o nacionalismo do MFP-PP posicionava-se ainda no campo da política externa continental, isto é, no debate iniciado

²¹ “Negociar para Ceder”, *Tribuna Popular*, nº 1, 7 de agosto de 1974: 1; “A Política Ultramarina em análise, quem são as vítimas dos processos anti-democráticos?”, *Tribuna Popular*, nº 3, 21 de agosto de 1974: 4.

²² “Por um Portugal Melhor”, *Tribuna Popular*, nº 0, 24 de julho de 1974: 5.

²³ *Ibidem*; “Descolonizar Angola”, *Tribuna Popular*, nº 8, 26 de setembro de 1974: 4; “Política Ultramarina em análise, quem são as vítimas dos processos anti-democráticos?”, *Tribuna Popular*, nº 3, 21 de agosto de 1974: 4.

ainda nos tempos do marcelismo sobre a aproximação ao ocidente e eventual adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), revisitando-se parte da doutrina nacionalista de Valle de Figueiredo de rejeição à integração no projeto europeu²⁴. Nesta matéria, o anti-capitalismo, para além de eixo estrutural da cosmovisão socioeconómica do partido, era a pedra de toque ideológica do discurso soberanista de orientação terceiro-mundista face à CEE e consequente rejeição da adesão de Portugal à referida organização internacional.

Tida a CEE como ponta-de-lança do imperialismo ocidental, Fernando Pacheco de Amorim denunciava o dolo político de Portugal enquanto futura unidade subjugada ao “filantropismo ocidental” e económica e financeiramente retido como “cloaca da Europa”. Caminho que Pacheco de Amorim entende ter sido iniciado pela administração de Marcello Caetano, admitindo que a continuação do mesmo se faria, no contexto pós-revolucionário, à custa de ainda maior dependência filantrópica internacional – “Portugal não poderá pertencer ao clube dos ricos, senão como servidor atento e obrigado, sem qualquer espécie de autonomia e voz activa” (AMORIM 1976: n.º 3, 31). Assim, propugna-se a escolha por um caminho português, de independência nacional, neutralidade ativa à margem dos dois imperialismos, capitalista e soviético, e alinhado com o terceiro mundo, “nem orgulhosamente sós, nem orgulhosamente acompanhados, mas antes orgulhosamente conscientes de que devem ser os responsáveis do seu destino” (AMORIM 1976: n.º 3, 32). Deste testemunho político é, portanto, possível discernir-se o anti-capitalismo, não como forma de organização económica, mas sobretudo como influenciador político-ideológico, constatando-se novamente a influência do fenómeno socioeconómico no nacionalismo do escol do MFP-PP, mas também da soberania económica na independência nacional propalada pelo partido (BOBBIO 2000: 141).

Esta posição política contrastava com o otimismo europeísta de CDS e PPD, algo que Pacheco de Amorim assinalava, designando-os por “partidos europeus”, cuja satisfação “pequeno-burguesa” seria a adesão ao “mundo dos civilizados” ainda que como membros meramente tolerados (AMARAL 1995: 194; AMORIM 1976: n.º3, 18)²⁵. A rejeição à integração europeia e o seu ultramarinismo, conferiam ao MFP-PP uma vocação atlântica, que se consubstanciava na aposta do partido numa “ambiciosa” exploração do mar enquanto recurso e património natural e valorização da economia marítima (AMARAL

²⁴ Esta conceção eurocética está presente em FIGUEIREDO 1961.

²⁵ Freitas do Amaral assinala precisamente a unanimidade entre os fundadores do CDS perante a aceitação da auto-determinação do ultramar, inclusive a possibilidade de total independência, não havendo, portanto, qualquer concordância com o federalismo spinolista. Por outro lado, assinala a concordância com a ideia europeísta, e a pouca resistência face às teses de federalismo europeu por si propostas, apenas alvo de rejeição aquando da liderança de Manuel Monteiro no Partido, já na década de 90.

1995: 47). Esta valorização política do mar consubstanciava-se numa outra convicção política, hoje mais atual que nunca, a da consciência ambiental e preocupação fundamental com a preservação da natureza. Novamente através de uma conceptualização anti-capitalista, entendia-se a delapidação do património e recursos naturais como consequência lógica do materialismo imanente do capitalismo selvagem e amoral, cujo lucro era único fim e objetivo, sem qualquer obstáculo valorativo. Também na *Tribuna Popular* era mencionada a valorização do meio-ambiente, defendendo um genérico equilíbrio entre o homem e a natureza²⁶.

3. Terceira-via socioeconómica do MFP-PP

A opção socioeconómica do MFP-PP pode situar-se, genericamente, no campo da direita nacionalista democrática, conceptualizando um estado forte através da ideia de que o poder político tem sempre de ser mais forte do que os poderes económicos e sindicais (AMARAL 2014: 460). É a esta ideia de predominância do poder político sobre o poder económico que Fernando Pacheco de Amorim fazia corresponder um primado da soberania nacional, que estava, por sua vez, subjacente à irredutibilidade do princípio da independência económica e financeira para ser efetivo, “destruído o estado português financeira e economicamente a sua liberdade política fica comprometida”. Assim, o modelo económico do MFP-PP assentava, sobretudo, na valorização do aparelho produtivo do espaço nacional e da sua decorrente capacidade produtiva, propondo uma reorganização da economia nacional em termos que se afastassem tanto do pragmatismo capitalista como das “perigosas utopias socialistas” (AMORIM 1976: nº 3, 43 e 44).

Mais do que o nacionalismo terceiro-mundista, seria sobretudo a terceira via característica da Cidadela, que, objetivamente, maior impacto ideológico teria nas conceções políticas do MFP-PP. Surgindo com uma carga ideológica desagravada face aos anos da Cidadela, persistia a ideia de reforma do conceito de empresa, transformando-a numa “estrutura jurídica participada” a nível do poder de decisão²⁷. A montante estava a ideia de estado forte, reservando-se

²⁶ “O Meio-Ambiente”, *Tribuna Popular*, nº 8, 26 de setembro de 1974: 6.

²⁷ Entrevista a José Miguel Júdice 2021. Sendo José Miguel Júdice e Miguel Seabra os principais proponentes da terceira via dentro do grupo da Cidadela, o facto de José Miguel Júdice ter ficado responsável pelas questões de organização socioeconómica dentro do partido e de Miguel Seabra ter desempenhado o papel de diretor da *Tribuna Popular* são de assinalável importância para que o modelo socioeconómico de terceira via lograsse a concordância e preponderância a ponto de ser um eixo ideológico estrutural do partido. Ver “O Xadrez Político”, *Tribuna Popular*, nº 2, 14 de agosto de 1974: 6.

um papel económico particularmente ativo na economia, que para além das competências da ordem e da justiça, devia fazer uma efetiva arbitragem entre as classes sociais, assegurando uma justa ascensão destes menos favorecidos. Além da noção de estado árbitro, o MFP-PP percecionava o Estado como responsável pela definição e prossecução de uma política económica de cunho social que significasse uma intervenção corretiva deste como agente do interesse público²⁸. Assim, o MFP-PP propugnava uma continuidade de um planeamento económico nacional, semelhante à figura do plano económico e social francês correspondente ao modelo socioeconómico gaullista, defendendo um desenvolvimento harmónico e integrado de todos os sectores da economia nacional e melhor aproveitamento dos recursos humanos, técnicos e naturais²⁹.

O partido trazia a lógica vertical federativa, já mencionada, para o seu projeto socioeconómico, aludindo a uma regionalização, devendo participar nela os diversos sectores e estratos económicos, e órgãos representativos do mundo do trabalho, como os sindicatos – que propugnava como estruturas de administração livre, defendendo o seu pluralismo. A respeito do trabalho e sindicalismo, destacava-se ainda a menção à redução da jornada laboral por parte do MFP-PP, naquilo que identificava como linhas principais do seu pensamento socioeconómico. Outra das heranças do nacionalismo-revolucionário era a ideia de reforma agrária, já com outra moderação, vertia-se a noção da dimensão economicamente viável da propriedade individual ou associativa, acompanhadas de um reapetrechamento tecnológico. Havia uma clara noção de primado do estado-nação sobre os demais domínios tal como enunciado no parágrafo anterior, bem como da associação desse princípio nacionalista com a ideia de independência económica. Com a influência, embora esbatida, do fervor anti-capitalista do nacionalismo revolucionário, o partido aludia ao “controlo político do poder económico que evite a subversão da máquina do Estado em sentido não coincidente com o interesse geral”. Neste aspeto, o MFP-PP focou-se em particular nas grandes empresas multinacionais presentes no país, sendo “indispensável a garantia de que elas se enquadram efetivamente nos interesses da economia nacional e do povo português”, embora reconhecendo a necessidade do seu contributo para o desenvolvimento socioeconómico³⁰.

A este primado político do estado sobre a economia, correspondia uma aproximação conceptual da ortodoxia keynesiana. Ocorreu neste modelo socioeconómico a proposta de uma política de rendimentos consonante com uma noção de aumento de rendimento nacional, estando presentes as ideias estrutu-

²⁸ “Para uma Economia de Dimensão Humana”, *Tribuna Popular*, nº 3, 21 de agosto de 1974: 5.

²⁹ “Para uma Economia de Dimensão Humana (Continuação)”, *Tribuna Popular*, nº 5, 3 de setembro de 1974: 5.

³⁰ *Ibidem*.

rais de estabilização de consumo e de socialização da procura. Para além destas noções, era tangível a adesão à ideia do ciclo económico virtuoso, propondo o pleno-emprego como fim último, através do “aproveitamento integral das capacidades produtivas da nação”, móbil paralelo ao referido aumento do rendimento nacional, reconhecendo um papel estrutural ao investimento público, incentivo keynesiano fundamental de estímulo à economia³¹. Assim, o partido entendia o estado como um participante direto da formação de capital produtivo da nação, através do investimento em infraestruturas, intervenção nos sectores estratégicos da economia e de investimento na inovação e desenvolvimento. Porventura ciente da base social de apoio que queria capitalizar eleitoralmente, o MFP-PP, apesar da notória influência da terceira via falangista da Cidadela, apresentava concepções intervencionistas temperadas comparativamente àquilo que era o projeto socioeconómico dos nacionalistas-revolucionários, não só não fazendo acompanhar essas concepções de nacionalização de sectores, como reafirmando o seu carácter facultativo e não preferencial. Desta feita, o partido afirmaria a iniciativa individual como fator insubstituível da dinamização da vida económica: “Defendemos o princípio da propriedade privada e da iniciativa individual como valores da liberdade e instrumentos de realização do homem”³².

Conforme supramencionado, o pensamento de Edgar Faure, a jusante do gaullismo como modelo genérico, foi umas das principais referências do pensamento socioeconómico do MFP-PP, sobretudo nas matérias de associação entre capital e trabalho, pelo que cumpre aqui, após se ter explorado o modelo socioeconómico proposto pelo MFP-PP, dissecar o contributo doutrinário de Faure, por forma a perceber a sua influência nas posições do partido.

Edgar Faure também relevava a questão social da economia de forma prioritária, entroncando nas preocupações sociais demonstradas pelo partido. Um dos conceitos basilares do “novo contrato social” proposto por Edgar Faure, a democratização da economia, consubstanciava-se na harmonização do crescimento económico e domínio das suas disparidades, afirmando a necessidade de uma deontologia económica para as grandes organizações estatais ou privadas, denotando-se a ideia do primado político sobre a economia, tal como professada pelo MFP-PP. Outro conceito-chave explorado por Faure era o da independência nacional, que concebia não como restritiva, arcaica ou patrioteira, mas antes como noção moderna, expansiva, humanista e reconciliadora no quadro socioeconómico, indo ao encontro da ideia mobilizadora do partido de integração socioeconómica das classes mais desfavorecidas na vida da nação (FAURE 1974: 51 e 61).

³¹ “Para uma Economia de Dimensão Humana” – *Tribuna Popular*, nº 3, 21 de agosto de 1974: 5.

³² *Ibidem*.

Partindo da mundividência da terceira via, Faure introduzia-lhe um contributo político de justiça fiscal, “o que separa o liberalismo, bom criador, mas mau repartidor, do socialismo, mau criador, mas bom repartidor, é apenas uma película muito fina”, propugnando, assim, a introdução de melhorias sociais através da distribuição de rendimentos e do acesso à economia de crescimento para as classes impedidas de o fazer pelo “jogo da economia de mercado” (FAURE 1974: 55-57). É, pois, uma ideia que redundava na socialização da procura, também propalada pelo MFP-PP, sendo que dentro deste quadro conceptual, propunha ainda a melhoria geral do nível de vida como fator de reativação da expansão económica, que coincidia com o princípio keynesiano do aumento do rendimento nacional, defendido pelo partido (FAURE 1974: 105). Através destes princípios, Faure introduzia a figura gaullista já mencionada da planificação social e económica, onde todo o modelo se devia sediar, defendendo como passo derradeiro a consubstanciação do planeamento económico em planeamento social. A priorização da comunidade sobre o indivíduo fazia-se também notar na valorização do trabalho, rejeitando um rendimento social garantido aos jovens averbando os argumentos de “incentivo à preguiça” (FAURE 1974: 60). Segundo Júdice, o principal contributo de Faure, no novo contexto democrático, prendia-se com o modelo de gestão da empresa, que sendo privada, deveria contar com a participação do trabalhador na sua gestão, participando também nos seus lucros. Para esse desiderato, a proposta de Faure consistia na distribuição de ações como uma solução de participação mutualista da empresa, superando o maniqueísmo capital-trabalho ao associar os agentes que contribuem para a vida da empresa (FAURE 1974: 77; Entrevista a José Miguel Júdice 2021).

A terceira via socioeconómica do MFP-PP revestia-se também de importância doutrinária enquanto base do anti-comunismo do partido, conducente a uma arreigada rejeição dos princípios políticos do marxismo – bem como do capitalismo –, afirmando o primado da filosofia política sobre o reducionismo economicista desta mundividência materialista, cujo âmagos eram as relações de produção económica. Era desta forma que Fernando Pacheco de Amorim definia o ponto de partida ideológico da terceira via socioeconómica, visando a superação do capitalismo e do comunismo. O secretário-geral do MFP-PP assinalava, precisamente, os estreitos pontos de contacto ao nível de doutrina e de ação entre estes dois modelos socioeconómicos, a “concepção materialista do mundo e da vida” do capitalismo, que deu origem ao “comunismo actual, seu irmão gémeo”. Por um lado, denunciava os excessos do capitalismo selvagem “que se desenvolveu por si só através de condições desumanas” e, por outro lado, criticava o economicismo marxista, com a “sobreposição do

seu fundamento materialista aos valores do espírito”, pondo a humanidade ao serviço da economia e não o inverso, gerando um estado e uma sociedade cujas desigualdades e injustiças eram ainda mais flagrantes do que naquele. Em ambos, “a liberdade deixa de fazer sentido na medida em que nos dois paradigmas o Homem é reduzido a um produto da economia” (AMORIM 1975: 180-184). Há, portanto, uma rejeição do materialismo marxista, para além do capitalismo, através do primado do espírito, isto é, das ideias e valores sobre quaisquer relações económicas – “sabemos que para eles a história é um produto de mecanismos económicos; a religião o ópio do povo e a nação um mito ao serviço de imperialismos económicos”³³.

Desta dimensão político-espiritual da terceira via socioeconómica do partido, advinham outros dois princípios doutrinários fundamentais na caracterização do anti-marxismo do MFP-PP. A negação do linearismo histórico e evolutivo sem que houvesse uma decorrência reta para um fim da história, ou que o próprio dever histórico e a racionalidade daí decorrente fossem sinónimos inatos de progresso, rejeitando o absolutismo da razão humana sobre o empirismo das tradições. Esta definição doutrinária está bem patente no testemunho político de Pacheco de Amorim: “não há, pois, só estômago no homem, mas sobretudo ânsia de perfeição, isto é, são os motivos de ordem moral ou espiritual, e não a ciência e a técnica quem comanda as angústias dos homens nos caminhos da História” (AMORIM 1976: nº 3, 5). De resto, o fundamento hegeliano da terceira via do MFP-PP na procura de uma síntese que aproveitasse os contributos da tese capitalista e da antítese socialista, era um corolário da crença na busca constante pelo progresso. A afirmação do direito à diferença, rejeitando o igualitarismo marxista, é também definidora do anti-marxismo do partido. Nas palavras do líder do MFP-PP, “a ditadura do proletariado nega, teórica e praticamente, qualquer direito à dignidade e à liberdade da pessoa humana, pois apenas reconhece, em cada indivíduo, o que nele há de coletivo, e o que nele há de coletável como produto da economia”, sendo que na “sociedade comunista, sem classes, nem a pessoa nem indivíduo tem lugar” (AMORIM 1975: 189).

Para além das diferenças político-ideológicas assinaladas ao longo do texto relativamente ao CDS e também ao PPD, é necessário também aventar a dissensão ideológica clara do MFP-PP com o Partido Liberal (PL), devido ao facto de ambos os partidos integrarem uma coligação partidária conjunta, a FDU, devendo assinalar-se, em contrapartida, uma substancial proximidade ideológica com o Partido Popular Monárquico (PPM), partido do qual dissidiam

³³ “O Assalto ao Poder, O Desafio”, *Tribuna Popular*, nº 0, 24 de julho de 1974: 4.

os fundadores do PL. A divergência ideológica era assumida, claramente, tanto por José Miguel Júdice, como por José Valle de Figueiredo, que apontava a FDU como uma coligação negativa, isto é, baseada, sobretudo, no anti-comunismo e até em alguma rejeição ao próprio MFA.

Ao contrário do MFP-PP, o PL tinha como assunção primordial a defesa do valor liberal do indivíduo, bem como do direito inexpugnável à propriedade privada, partindo, portanto, de uma base doutrinária sobretudo anglo-saxónica de pensamento político das direitas. Havia, também, no PL uma afirmação do princípio tecnocrata governativo do liberalismo, propugnando um governo eminentemente técnico, neutral, no clássico apelo anti-ideológico desta doutrina (PRATA, FERREIRA & LOPES 1974: 112). Era, pois, evidente a diferenciação político-económica com o MFP-PP, havendo apenas consenso, conforme já mencionado, na questão ultramarina, defendendo a corrente do federalismo spinolista por via referendária.

Pelo contrário, é assinalável a proximidade programática do MFP-PP com o PPM, para isso não terá sido despendida a colaboração mantida entre o grupo da Cidadela e a Convergência Monárquica de Barrilero Ruas, levando a uma adesão significativa da militância monárquica no MFP-PP. São, sobretudo, enfáticas as similitudes doutrinárias no campo socioeconómico – utilização do planeamento económico enquanto instrumento norteador da economia nacional, com o Estado como detentor das empresas que constituam sectores estratégicos nacionais, priorizando o sector primário e a dinamização do sector secundário e indústria transformadora. Tal como o MFP-PP, em matéria de regime de propriedade e modelo de gestão, o PPM reconhecia a importância do direito à propriedade privada, idealizada como instituição social, devendo o seu acesso ser alargado a toda a comunidade nacional, mas, portanto, limitada ao interesse nacional, apoiando as experiências de co-gestão, ao defender o aumento da parcela das retribuições do trabalho no rendimento nacional. Na questão ultramarina, sendo certo que o PPM não assumia a defesa do federalismo, também recusava assumir os movimentos guerrilheiros como únicos representantes das populações autóctones, advogando uma consulta democrática para a definição do futuro de cada um daqueles territórios (PRATA, FERREIRA e LOPES: 93).

Conclusão

O Movimento Federalista Português – Partido do Progresso deixou, sem dúvida, uma marca indelével na política portuguesa. A sua organização bem estruturada, ideologicamente distinta e presença ativa no exterior foram fatores

que tornaram o partido numa força a ser reconhecida. Embora tenha enfrentado reveses na realização dos seus objetivos principais, as contribuições e o legado do MFP-PP no cenário político permanecem significativos.

De facto, o desmantelamento sucessivo de todas as organizações políticas à direita do CDS, mas sobretudo do MFP-PP – na medida em que era o partido à direita do espectro político pós-revolucionário melhor estruturado e organizado, bem como com maior densidade ideológica –, trouxe consequências para a democracia portuguesa plasmadas no seu sistema político. Desde logo, forçando os partidos do centro, CDS, e até mesmo centro-esquerda, PPD, a assumirem o ónus da representação da direita política, gerando dois fenómenos concomitantes entre eles. O primeiro, consequência imediata do vazio deixado à direita no espectro político, foi o entrismo dos militantes órfãos de morada ideológica nestes partidos, originando o problema supramencionado, ao deslocar ambos para a sua direita, gerando uma tensão entre as bases militantes e as cúpulas partidárias, em que, genericamente, as direções de PPD e CDS estiveram quase sempre à esquerda dos seus eleitores. Por conseguinte, deu-se um problema de falta de representatividade política, dado o acantonamento das diversas direitas em duas famílias políticas que, efetivamente, não surgiram para as representar. Houve, portanto, deslocação permanente do centro gravitacional da política portuguesa para a sua esquerda, não por vicissitudes eleitorais, mas antes por um vazio político-ideológico que desequilibrou o sistema político português *a priori*.

A militância ativa de uma parte considerável de ex-dirigentes e militantes do MFP-PP é, pois, prova empírica da atualidade de grande parte dos vetores ideológicos do partido que, por via dos fenómenos sociopolíticos supracitados, acabaram por ser incluídos na agenda destes partidos, principalmente do CDS. Mormente a ideia municipalista, de descentralização de competências em detrimento do regionalismo, defendendo a unidade nacional, bem como a ideia de defesa da lavoura, sendo que a questão socioeconómica do MFP-PP apresenta similitudes com a corrente democrata-cristã do CDS, não obstante choque com as teses mais liberais, havendo, nessa matéria, maior afinidade com o PPD. Na transição de CDS para CDS-Partido Popular, o partido viria também a adotar durante algum tempo o euroceticismo do MFP-PP, ancorado na ideia de independência nacional e económica, através do reforço da produção nacional, tomando também parte na questão ultramarina, adaptada ao contexto, defendendo maior estreitamento de laços com os países lusófonos. Essa, de resto, foi a fase com maiores similitudes entre o ideário do CDS, então Partido Popular, e o extinto MFP-PP. Não obstante, não houve nunca o preenchimento estabilizado no sistema político português da direita nacionalista

democrática, de defesa do primado político sobre a economia, com um modelo socioeconómico de tendência gaullista, e de defesa da soberania nacional.

Fontes

Jornais

Diário de Lisboa (25 de abril de 1974 – 1 de outubro de 1974).

Expresso (1974).

Tribuna Popular (1974).

Testemunhos e Memórias

AMARAL, Diogo Freitas do (1995). *O Antigo Regime e a Revolução: Memórias Políticas (1941-1975)*. Venda Nova: Bertrand Editora.

AMORIM, Fernando Pacheco de (1975). *Portugal Traído*. Madrid: Edição do Autor.

AMORIM, Fernando Pacheco de (1976). *Manifesto Contra a Traição*. Braga: Edição do Autor.

PINTO, Jaime Nogueira (2014). *Portugal – Os Anos do Fim*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Outros Documentos

FAURE, Edgar (1974). *Contrato Social*. Lisboa: Editorial Futura.

FIGUEIREDO, José Valle de (1961). “Europa: Sentido e Acção”. *Tempo Presente*, 27, julho.

PRATA, Rafael; FERREIRA, Carlos Santos; LOPES, Vítor Melícias (1974). *Portugal Novo: Movimentos e Partidos Políticos*. Lisboa: O Emigrante.

Fontes Orais

Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim, fundador da Cidadela, Militante do MFP-PP, dirigente político do MDLP e sobrinho de Fernando Pacheco de Amorim, Lisboa, maio de 2022.

Entrevista a Jaime Nogueira Pinto, Fundador da Frente de Resistência Angolana, Lisboa, 3 de julho de 2020.

Entrevista a José Luís Andrade, dirigente MFP-PP, Lisboa, maio de 2022.

Entrevista a José Miguel Júdice, fundador do MFP-PP, Lisboa, dezembro de 2019 e outubro de 2021.

Entrevista a José Valle de Figueiredo, fundador do MFP-PP, Porto, maio de 2022.

Bibliografia

- AMARAL, Diogo Freitas do (2014). *Uma Introdução à Política*. Lisboa: Bertrand Editora.
- BOBBIO, Norberto (coord.) (2000). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- CERVELLÓ, Joseph (1994). *Cronologia das Organizações de Direita (1973-1976)*. Tarragona: Universidad Rovira y Virgili.
- CRUZ, Manuel Braga e RAMOS, Rui (2012). *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*. Porto: Porto Editora.
- GOMÉZ FORTES, Braulio (2010). *O Controlo Político dos Processos Constituintes: Os Casos da Espanha e de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MARCHI, Riccardo (2008). “A Direita Radical na Universidade de Coimbra (1945-1974)”. *Análise Social*, XLIII, 551-576
- MARCHI, Riccardo (coord.) (2014). *Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*. Lisboa: Texto Editora.
- MARCHI, Riccardo (2016). *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*. Lisboa: Texto Editores.
- MARCHI, Riccardo (2020). *À Direita da Revolução: Resistência e Contra-Revolução no PREC (1974- 1975)*. Lisboa: Objectiva.
- PINTO, Jaime Nogueira (2018). *A direita e as Direitas*. Lisboa: Bertrand Editora.
- REIS, António Santos; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.) (2016). *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril*. Lisboa: Figueirinhas.
- RODRIGUES, Luís Nuno (2010). *Spínola*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- RUIVO, Francisco Bairrão (2015). *Spínola e a Revolução: Do 25 de Abril ao 11 de Março de 1975*. Lisboa: Bertrand.